

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	5
PLANO DA OBRA	7
LISTA DE ABREVIATURAS E OUTRAS INDICAÇÕES DE LEITURA	11

PRIMEIRA PARTE

AS FONTES NORMATIVAS E OS SEUS CONTEXTOS

TEMA 1. A LEI DE BASES GERAIS DO SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL	15
§1. Uma Lei de desenvolvimento da Constituição	15
§2. Uma Lei de Bases em sentido constitucional formal	16
§3. Uma Lei de Bases em sentido constitucional material	17
§4. Uma Lei estruturadora do sistema de Segurança Social	19
§5. Uma Lei que corresponde ao número quatro da série histórica de Leis de Bases de Segurança Social	20
 TEMA 2. O CONTEXTO NORMATIVO INTERNACIONAL DA LEI DE BASES GERAIS DO SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL	 21
§1. As referências expressas da Lei de Bases ao seu contexto normativo internacional de Segurança Social	21
§2. As normas da União Europeia sobre Segurança Social	23
§3. As convenções internacionais bilaterais de Segurança Social entre Portugal e Estados terceiros	24
§4. As normas multilaterais de Segurança Social da Carta Social Europeia revista	26
§5. As normas multilaterais de Segurança Social da Organização Internacional do Trabalho (OIT)	28

TEMA 3. O CONTEXTO NORMATIVO NACIONAL DA LEI DE BASES GERAIS DO SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL	29
§1. O desenvolvimento legal da Lei de Bases Gerais do Sistema de Segurança Social	29
§2. O confuso ou desarticulado desenvolvimento legal geral do pilar previdencial da Lei de Bases Gerais	31
§3. O desenvolvimento legal específico dos artigos 52.º e 107.º da Lei de Bases Gerais, em matéria de acidentes de trabalho	32
§4. O desenvolvimento legal do pilar de proteção social de cidadania da Lei de Bases Gerais	32
§5. O desenvolvimento legal do pilar de proteção complementar da Lei de Bases Gerais	34
§6. O desenvolvimento legal da Lei de Bases Gerais em matéria de contraordenações	34
§7. O desenvolvimento legal da Lei de Bases Gerais em matéria de procedimentos de gestão	35
§8. O desenvolvimento legal da Lei de Bases Gerais em matéria processual	36
§9. O Direito da Segurança Social administrativo, o Direito da Segurança Social laboral e o Direito da Segurança Social misto	37

SEGUNDA PARTE

O PILAR PREVIDENCIAL DO SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL

TEMA 4. OS BENEFICIÁRIOS DO PILAR PREVIDENCIAL DO SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL	41
§1. Fontes normativas	41
§2. Beneficiários	42
§3. Beneficiários ativos	43
§4. Beneficiários passivos	44
§5. Familiares de beneficiários ativos e passivos	45
TEMA 5. A RELAÇÃO JURÍDICA DE SEGURANÇA SOCIAL NO PILAR PREVIDENCIAL	47
§1. Tipos de relações jurídicas de Segurança Social	47
§2. O início da relação jurídica de Segurança Social	48
§3. A dinâmica da relação jurídica de Segurança Social	50
§4. A extinção da relação jurídica de Segurança Social	52
§5. A gestão eletrónica da relação jurídica de Segurança Social	53

TEMA 6. AS PRESTAÇÕES DECORRENTES DA RELAÇÃO JURÍDICA DE SEGURANÇA SOCIAL DO PILAR PREVIDENCIAL	55
§1. Conceito de prestações previdenciais	55
§2. Tipos de prestações previdenciais	56
§3. Características comuns das prestações previdenciais	57
§4. Prazos de garantia das prestações previdenciais	58
§5. O princípio de automaticidade das prestações previdenciais	59
 TEMA 7. AS EVENTUALIDADES CONTRIBUTIVAS DE INCAPACIDADE TEMPORÁRIA E DE PARENTALIDADE, ASSIM COMO AS SUAS PRESTAÇÕES, NO PILAR PREVIDENCIAL DO SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL	61
§1. As fontes normativas	61
§2. O subsídio de incapacidade temporária no âmbito da Segurança Social administrativa	62
§3. O subsídio de incapacidade temporária no âmbito da Segurança Social laboral e mista	63
§4. O subsídio de parentalidade no âmbito da Segurança Social administrativa	65
§5. Aspetos procedimentais	67
 TEMA 8. AS EVENTUALIDADES CONTRIBUTIVAS DE INCAPACIDADE OU INVALIDEZ PERMANENTES, ASSIM COMO AS SUAS PRESTAÇÕES, NO PILAR PREVIDENCIAL DO SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL	69
§1. As fontes normativas	69
§2. As prestações por invalidez no âmbito da Segurança Social administrativa	70
§3. As prestações por incapacidade permanente no âmbito da Segurança Social laboral	72
§4. As prestações por incapacidade permanente no âmbito da Segurança Social mista	73
§5. Aspetos procedimentais	74
 TEMA 9. A EVENTUALIDADE CONTRIBUTIVA DA MORTE, ASSIM COMO AS SUAS PRESTAÇÕES, NO PILAR PREVIDENCIAL DO SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL	77
§1. As fontes normativas	77
§2. Pensão de viuvez	78
§3. Pensão de orfandade	79
§4. Outras prestações	80
§5. Aspetos procedimentais	82

TEMA 10. A EVENTUALIDADE CONTRIBUTIVA DE DESEMPREGO, ASSIM COMO AS SUAS PRESTAÇÕES, NO PILAR PREVIDENCIAL DO SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL	83
§1. As fontes normativas	83
§2. A eventualidade contributiva de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem	84
§3. O subsídio de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem	86
§4. Outras prestações contributivas por desemprego dos trabalhadores por conta de outrem	87
§5. A eventualidade contributiva de desemprego dos trabalhadores independentes	88
 TEMA 11. A EVENTUALIDADE CONTRIBUTIVA DE VELHICE, ASSIM COMO AS SUAS PRESTAÇÕES, NO PILAR PREVIDENCIAL DO SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL	91
§1. As fontes normativas e o seu âmbito de aplicação subjetivo	91
§2. A pensão de velhice ordinária	92
§3. A pensão de velhice antecipada	93
§4. A pensão de velhice bonificada	95
§5. A acumulabilidade total entre a pensão de velhice e o trabalho do reformado	96
 TEMA 12. AS EVENTUALIDADES CONTRIBUTIVAS DOS EMIGRANTES QUE REGRESSAM A PORTUGAL, ASSIM COMO AS SUAS PRESTAÇÕES (ESPECIALMENTE, AS EUROPEIAS)	99
§1. O pressuposto fáctico das eventualidades contributivas dos emigrantes que regressam a Portugal	99
§2. O Direito da União Europeia aplicável às eventualidades contributivas dos emigrantes que regressam a Portugal	100
§3. A tramitação administrativa das prestações contributivas dos emigrantes que regressam a Portugal	101
§4. A colaboração inter-administrativa para facilitar a tramitação administrativa das prestações contributivas dos emigrantes que regressam a Portugal	102
§5. O Anexo VIII do Regulamento (CE) n.º 883/2004	103

TERCEIRA PARTE**O PILAR COMPLEMENTAR DO SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL**

TEMA 13. AS PRESTAÇÕES COMPLEMENTARES DAS EVENTUALIDADES PREVIDENCIAIS	107
§1. As fontes normativas	107
§2. Os regimes complementares de iniciativa coletiva	109
§3. O regime público de capitalização	110
§4. O regime de seguro social voluntário	111
§5. Os regimes complementares criados por convenção coletiva	113

QUARTA PARTE**O PILAR DE PROTEÇÃO DE CIDADANIA DO SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL**

TEMA 14. AS EVENTUALIDADES NÃO CONTRIBUTIVAS DOS SUBSISTEMAS DE SOLIDARIEDADE, PROTEÇÃO FAMILIAR E AÇÃO SOCIAL, ASSIM COMO AS SUAS PRESTAÇÕES	117
§1. As características gerais do pilar de proteção social de cidadania	117
§2. Eventualidades e prestações do subsistema de solidariedade	119
§3. Eventualidades e prestações do subsistema de proteção familiar	120
§4. Eventualidades e prestações do subsistema de ação social	121
§5. A gestão do pilar de proteção social de cidadania	122
TEMA 15. A PROTEÇÃO NÃO CONTRIBUTIVA DA EVENTUALIDADE DE DEPENDÊNCIA	125
§1. As fontes normativas da eventualidade de dependência	125
§2. A proteção não contributiva da eventualidade de dependência, sem necessidade de prova de pobreza	126
§3. A proteção não contributiva da eventualidade de dependência, com comparticipação das prestações recebidas	128
§4. O regime dos direitos dos cuidadores informais de dependentes	128
§5. O regime dos direitos dos cuidadores formais, ou profissionais, de dependentes	130
TEMA 16. A PROTEÇÃO DA SAÚDE	131
§1. As relações entre Segurança Social e proteção da saúde	131
§2. A proteção administrativa da saúde	132
§3. A proteção laboral (e mista) da saúde	133

QUINTA PARTE

DIREITO PROCEDIMENTAL E PROCESSUAL DA SEGURANÇA SOCIAL

TEMA 17. A GESTÃO DA SEGURANÇA SOCIAL

E OS SEUS PROCEDIMENTOS 137

§1. Conceito de gestão da Segurança Social 137

§2. Os procedimentos de gestão de prestações no âmbito da Segurança Social administrativa 139

§3. Os procedimentos de gestão de prestações no âmbito da Segurança Social laboral e mista 140

TEMA 18. DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR EM MATÉRIA DE SEGURANÇA SOCIAL

§1. A dualidade de fontes normativas gerais 143

§2. As contraordenações em matéria de Segurança Social administrativa 144

§3. As contraordenações em matéria de Segurança Social laboral e mista 145

§4. As sanções pela prática de contraordenações em matéria de Segurança Social administrativa, assim como laboral e mista 146

§5. O procedimento administrativo para a aplicação de sanções pela prática de contraordenações em matéria de Segurança Social administrativa, assim como laboral e mista 147

TEMA 19. O CONTENCIOSO JUDICIAL ADMINISTRATIVO E LABORAL DA SEGURANÇA SOCIAL

§1. A dualidade do contencioso da Segurança Social 149

§2. O grau de especialização do contencioso laboral da Segurança Social 150

§3. O grau de especialização do contencioso administrativo da Segurança Social 151

APÊNDICE BIBLIOGRÁFICO SOBRE MANUAIS DE DIREITO DA SEGURANÇA SOCIAL

153

ÍNDICE IDEOGRÁFICO

161

CONTENTS

PREFACE	5
SUMMARY	7
LIST OF ABBREVIATIONS AND OTHER READING NOTES	11

PART ONE

NORMATIVE SOURCES AND THEIR CONTEXTS

LESSON 1. THE GENERAL FRAMEWORK LAW OF THE SOCIAL SECURITY SYSTEM	15
§1. A law developing the Constitution	15
§2. A framework law in the formal constitutional sense	16
§3. A framework law in the material constitutional sense	17
§4. A law structuring the Social Security system	19
§5. A law that corresponds to the fourth in the historical series of Social Security framework laws	20
LESSON 2. THE INTERNATIONAL NORMATIVE CONTEXT OF THE GENERAL FRAMEWORK LAW OF THE SOCIAL SECURITY SYSTEM	21
§1. The explicit references in the framework law to its international Social Security normative context	21
§2. European Union regulations on Social Security	23
§3. Bilateral international Social Security agreements between Portugal and third countries	24
§4. Multilateral Social Security rules of the revised European Social Charter	26
§5. Multilateral Social Security rules of the International Labour Organization (ILO)	28

LESSON 3. THE NATIONAL NORMATIVE CONTEXT OF THE GENERAL FRAMEWORK LAW OF THE SOCIAL SECURITY SYSTEM 29

§1. The legal development of the General Framework Law of the Social Security System	29
§2. The confusing or disjointed general legal development of the contributory pillar of the General Framework Law	31
§3. The specific legal development of Articles 52 and 107 of the General Framework Law regarding accidents at work	32
§4. The legal development of the citizenship social protection pillar of the General Framework Law	32
§5. The legal development of the complementary protection pillar of the General Framework Law	34
§6. The legal development of the General Framework Law regarding administrative offenses	34
§7. The legal development of the General Framework Law regarding management procedures	35
§8. The legal development of the General Framework Law regarding procedural matters	36
§9. The Social Security administrative law, Social Security labor law, and mixed Social Security law	37

PART TWO

THE CONTRIBUTORY PILLAR OF THE SOCIAL SECURITY SYSTEM

LESSON 4. THE BENEFICIARIES OF THE CONTRIBUTORY PILLAR OF THE SOCIAL SECURITY SYSTEM 41

§1. The ruling sources	41
§2. Beneficiaries	42
§3. Active beneficiaries	43
§4. Passive beneficiaries	44
§5. Relatives of active and passive beneficiaries	45

LESSON 5. THE SOCIAL SECURITY LEGAL RELATIONSHIP IN THE CONTRIBUTORY PILLAR 47

§1. Types of Social Security legal relationships	47
§2. The beginning of the Social Security legal relationship	48
§3. The dynamic of the Social Security legal relationship	50
§4. The extinction of the Social Security legal relationship	52
§5. The electronic management of the Social Security legal relationship	53

LESSON 6. BENEFITS ARISING FROM THE SOCIAL SECURITY LEGAL RELATIONSHIP IN THE CONTRIBUTORY PILLAR	55
§1. Concept of contributory benefits	55
§2. Types of contributory benefits	56
§3. Common characteristics of contributory benefits	57
§4. Guarantee periods for access to the contributory benefits	58
§5. The principle of the automatic payment of the contributory benefits	59
 LESSON 7. CONTRIBUTORY CONTINGENCIES OF TEMPORARY DISABILITY AND PARENTHOOD, AND THEIR BENEFITS, IN THE CONTRIBUTORY PILLAR OF THE SOCIAL SECURITY SYSTEM	61
§1. The ruling sources	61
§2. The temporary disability benefit within the administrative Social Security	62
§3. The temporary disability benefit within labor and mixed Social Security	63
§4. The parental benefit within the administrative Social Security	65
§5. Procedural aspects	67
 LESSON 8. CONTRIBUTORY CONTINGENCIES OF PERMANENT INCAPACITY OR DISABILITY, AND THEIR BENEFITS, IN THE CONTRIBUTORY PILLAR OF THE SOCIAL SECURITY SYSTEM	69
§1. The ruling sources	69
§2. Disability benefits within the administrative Social Security	70
§3. Permanent disability benefits within labor Social Security	72
§4. Permanent disability benefits within mixed Social Security	73
§5. Procedural aspects	74
 LESSON 9. THE CONTRIBUTORY CONTINGENCY OF DEATH, AND ITS BENEFITS, IN THE CONTRIBUTORY PILLAR OF THE SOCIAL SECURITY SYSTEM	77
§1. The ruling sources	77
§2. The widow's pension	78
§3. The orphanhood's pension	79
§4. Other benefits	80
§5. Procedural aspects	82
 LESSON 10. THE CONTRIBUTORY CONTINGENCY OF UNEMPLOYMENT, AND ITS BENEFITS, IN THE CONTRIBUTORY PILLAR OF THE SOCIAL SECURITY SYSTEM	83
§1. The ruling sources	83
§2. The contributory event of unemployment for workers	84

§3. Unemployment allowance for workers	86
§4. Other contributory unemployment benefits for workers	87
§5. The contributory event of unemployment for self-employed workers	88

LESSON 11. THE CONTRIBUTORY CONTINGENCY OF OLD AGE, AND ITS BENEFITS, IN THE CONTRIBUTORY PILLAR OF THE SOCIAL SECURITY SYSTEM

§1. The ruling sources and their subjective scope of application	91
§2. The ordinary old-age pension	92
§3. The early old-age pension	93
§4. The old-age pension bonuses	95
§5. The full accumulation between old-age pension and work by the retiree	96

LESSON 12. CONTRIBUTORY CONTINGENCIES OF RETURNING EMIGRANTS TO PORTUGAL, AND THEIR BENEFITS (ESPECIALLY EUROPEAN ONES)

§1. The <i>de facto</i> presumptions of the contributory contingencies of returning emigrants to Portugal	99
§2. European Union law applicable to the contributory contingencies of returning emigrants to Portugal	100
§3. The administrative processing of contributory benefits for returning emigrants to Portugal	101
§4. Inter-administrative cooperation to facilitate the administrative processing of contributory benefits for returning emigrants to Portugal	102
§5. The Annex VIII of Regulation (EC) No 883/2004	103

PART THREE

THE COMPLEMENTARY PILLAR OF THE SOCIAL SECURITY SYSTEM

LESSON 13. COMPLEMENTARY BENEFITS FOR CONTRIBUTORY CONTINGENCIES

§1. The ruling sources	107
§2. Collective initiative complementary regimes	109
§3. The capitalized public regime	110
§4. The voluntary social insurance regime	111
§5. Complementary regimes established by collective agreement	113

PART FOUR
THE CITIZENSHIP SOCIAL PROTECTION PILLAR
OF THE SOCIAL SECURITY SYSTEM

LESSON 14. NON-CONTRIBUTORY CONTINGENCIES	
OF THE SOLIDARITY, FAMILY PROTECTION, AND SOCIAL	
ACTION SUBSYSTEMS, AND THEIR BENEFITS	117
§1. General characteristics of the citizenship social protection pillar	117
§2. Contingencies and benefits of the solidarity subsystem	119
§3. Contingencies and benefits of the family protection subsystem	120
§4. Contingencies and benefits of the social action subsystem	121
§5. The management of the citizenship social protection pillar	122
 LESSON 15. NON-CONTRIBUTORY PROTECTION	
FOR THE CONTINGENCY OF LONG-TERM CARE	125
§1. The ruling sources for the contingency of long-term care	125
§2. Non-contributory protection for the contingency of long-term care without the need to prove poverty	126
§3. Non-contributory protection for the contingency of long-term care with co-payment of received benefits	128
§4. Regime for the rights of informal caregivers of dependents	128
§5. Regime for the rights of formal, or professional, caregivers of dependents	130
 LESSON 16. HEALTH PROTECTION	131
§1. The relationship between Social Security and health protection	131
§2. Administrative health protection	132
§3. Labor (and mixed) health protection	133

PART FIVE
PROCEDURAL AND PROCESSUAL LAW OF SOCIAL SECURITY

LESSON 17. THE MANAGEMENT OF SOCIAL SECURITY	
AND ITS PROCEDURES	137
§1. Concept of Social Security management	137
§2. Management procedures for benefits within administrative Social Security	139
§3. Management procedures for benefits within labor and mixed Social Security	140

LESSON 18. ADMINISTRATIVE SANCTIONING LAW IN SOCIAL SECURITY MATTERS	143
§1. The duality of general ruling sources	143
§2. Administrative Social Security offenses	144
§3. Labor and mixed Social Security offenses	145
§4. Sanctions for committing offenses in administrative Social Security as well as in labor and mixed contexts	146
§5. The administrative procedure for applying penalties for committing offenses in administrative Social Security as well as in labor and mixed contexts	147
 LESSON 19. ADMINISTRATIVE AND LABOR LITIGATION IN SOCIAL SECURITY	149
§1. The dual nature of Social Security litigation	149
§2. The degree of specialization of labor litigation in Social Security	150
§3. The degree of specialization of administrative litigation in Social Security	151
 BIBLIOGRAPHICAL APPENDIX ON SOCIAL SECURITY LAW TEXTBOOKS	153
 IDEOGRAPHIC INDEX	161